DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/gvcasosv4n2c15>

CORTARAM O ORÇAMENTO! IMPLEMENTANDO NOVAS ESTRATÉGIAS NA VISÃO DE DIRIGENTES DO CAMPUS DE UM INSTITUTO FEDERAL

They cut the budget! Implementing new strategies in the view of the directors of a federal institute's campus

CLÁUDIO LUIZ MELO DA LUZ – clmdluz@yahoo.com.br

Instituto Federal Catarinense – Santa Rosa do Sul, SC, Brasil

Submissão: 15/01/2014 | Aprovação: 08/08/2014

Introdução

Um tema tomou conta da pauta da reunião da Direção-Geral do Campus Sombrio, no Instituto Federal Catarinense no mês de janeiro de 2011: notícias da imprensa mostravam o indicativo de corte no orçamento da União para o ano. Naquele momento, não havia definições, ou seja, na verdade, havia uma grande dúvida por parte do Diretor-Geral do órgão federal: o que seria cortado do orçamento previsto para o exercício de 2011?

Fevereiro chegou, e a notícia se confirmou: em entrevistas à imprensa, o Ministro da Fazenda e a Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão confirmaram os cortes no orçamento da União de 2011, no valor de cerca de 50 bilhões de reais, sendo reduzidos cerca de 18 bilhões de investimentos e 32 bilhões em custeio. Em nova reunião promovida emergencialmente pelo Diretor-Geral, a Direção-Geral do *campus*, agora no mês de fevereiro de 2011, mostrou-se apreensiva, afinal haveria recursos orçamentários e financeiros garantidos para a continuidade de ações programadas?

Em março de 2011, o Governo Federal publicou o Decreto n. 7.445 (2011), que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2011 e dá outras providências. Ainda, publicou o Decreto n. 7.446 (2011), que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011, suspendendo, inclusive, a realização de novas contratações relacionadas à locação e aquisição de imóveis, reforma de bens imóveis, aquisição e locação de veículos e locação de máquinas e equipamentos.

Novas orientações do Ministério da Educação e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão foram encaminhadas ao *campus* do Instituto Federal para revisão de estratégias programadas, entre elas a Portaria n. 39/MPOG (2011), que suspendeu, por tempo indeterminado, os efeitos das portarias de autorização para realização de concursos públicos e de autorização para provimentos de cargos públicos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

Nesse contexto turbulento, restou necessário e urgente que, com a liderança do Diretor-Geral, a equipe de Direção-Geral do *campus* revisse suas estratégias deliberadas e implementasse novas estratégias para atendimento às orientações dos órgãos superiores.

O dilema do Diretor-Geral

Dúvidas, dúvidas, dúvidas! O que deliberar? Quando deliberar? Afinal, ser responsável por uma instituição pública como gestor exige, muitas vezes, agir sob pressão e sob a incerteza de estar tomando a melhor decisão e no momento certo. O Diretor-Geral preocupou-se com as incertezas financeiras, pois a comunidade acadêmica aguardava a liberação de recursos para a execução das mais diversas ações. A cobrança feita pelos servidores e alunos quanto a garantir recursos para a execução de ações é constante, e naquele momento existia a pressão quanto à incerteza sobre se

haveria ou não recursos para aplicar no que foi planejado. Entretanto, este é o momento em que um líder deve apresentar maturidade diante dos que atuam na organização. É o momento em que o Diretor-Geral deve assumir verdadeiramente o seu papel. Então, mãos à obra.

Conhecendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

A história do ensino técnico federal no Brasil começou em 1909, quando foram criadas 19 escolas de Aprendizes e Artífices, instituições destinadas ao ensino profissional, voltadas prioritariamente à educação das classes mais pobres. Em 1937, foram criados os Liceus Profissionais, em 1949 as Escolas Industriais e Técnicas e, 10 anos depois, as Escolas Técnicas e as Escola Agrotécnicas. Todas elas eram instituições públicas, voltadas ao ensino técnico e profissionalizante.

No final da década de 1970, época em que o País passava por profundas mudanças econômicas e sociais, as escolas técnicas passaram a se transformar nos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica, que procuravam se adequar às exigências da nova realidade social.

No final do ano de 2008, a Lei n. 11.892 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, autarquias federais vinculadas ao Ministério da Educação, oriundos das junções de Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas Federais.

Conhecendo o Instituto Federal Catarinense Campus Sombrio

Um dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia criados foi o Instituto Federal Catarinense, formado pela união das Escolas Agrotécnicas Federais de Sombrio, Concórdia e Rio do Sul, além das Escolas Agrícolas de Camboriú e de Araquari, vinculadas à Universidade Federal de Santa Catarina.

Atualmente, o Instituto Federal Catarinense, com reitoria sediada na cidade de Blumenau, é constituído pelos *campi* de Araquari, Camboriú, Concórdia, Rio do Sul, Sombrio, Videira, Blumenau, Brusque, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, São Francisco do Sul, Videira e São Bento do Sul.

A adesão das instituições de ensino profissional e técnico à estrutura do Instituto Federal Catarinense e a escolha dos cursos oferecidos pelos *campi* foram decididas em plebiscito, levando-se em conta as necessidades econômicas e sociais das regiões em que atuam os *campi* do Instituto Federal Catarinense. Hoje, além dos cursos técnicos e profissionalizantes, o Instituto oferece cursos de nível superior em diferentes áreas do conhecimento, como Engenharia Agrônoma, Medicina Veterinária, Tecnologia da Informação e Licenciaturas nas áreas da Biologia, Matemática e Física.

História da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, atual Campus Sombrio do Instituto Federal Catarinense

Em 1967, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul, autarquia federal vinculada ao Ministério do Interior, com finalidade de planejar e promover a execução do desenvolvimento da Região Sul do Brasil, coordenando e controlando a ação federal nessa região. A Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul realizou, no início da década de 1970, com a cooperação da Organização dos Estados Americanos, um diagnóstico socioeconômico dos três Estados da Região Sul, com o objetivo de melhor fundamentar os seus planos de ação. Entre as áreas economicamente fracas, destacava-se a do Litoral Sul de Santa Catarina, o que provocou a necessidade de se criar o Projeto Litoral Sul de Santa Catarina.

A partir de 1974, foi definida uma área no Litoral Sul de Santa Catarina para implantação de um projeto de desenvolvimento hortifrutigranjeiro nas áreas dos atuais municípios de Jacinto Machado, Praia Grande, São João do Sul e Santa Rosa do Sul. O Projeto de Desenvolvimento Hortifrutigranjeiro foi intitulado "Projeto Sombrio", por estar localizado em torno do Banhado do Sombrio. A partir de 1978, os estudos básicos e os de viabilidade técnico-econômica foram

ampliados para toda a Bacia do Rio Mampituba, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, elevando a área do projeto, que contemplava quatro setores: 1 – Plano de Assentamento de Populações; 2 – Projeto Piloto de Drenagem e Irrigação; 3 – Área de Pecuária Intensiva; e 4 – Irrigação da Costa do Canoas. Tinha como objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico dessa área piloto por meio da execução de obras de controle de cheias, drenagem, irrigação e infraestrutura viária, permitindo sensível aumento de produtividade e a incorporação de novas áreas agrícolas voltadas à produção de alimentos de consumo interno.

Nesse período, articulou-se a implantação de uma escola agrotécnica no município de Sombrio, com a justificativa de contribuir diretamente com a execução das ações do Plano de Assentamento de Populações e a necessidade de qualificar os filhos dos agricultores da região, para aumento de produtividade no setor agropecuário, que é a base da economia da região, e, assim, levá-los a permanecer em suas propriedades.

Em 1988, iniciou-se a construção das obras de uma escola agrotécnica federal, sendo concluída em 1991, ficando inativa até 1993. Em 1990, com a extinção da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul, ocorreu, no Projeto Sombrio, a paralisação de todo o elenco de obras em andamento, provocando um abandono quase total por parte de órgãos dos Governos Federal, Estadual e Municipal, gerando sérios prejuízos à obra e descrédito na população em relação à atuação governamental na região. Mesmo com a extinção da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul, a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, que, na época, já estava com a estrutura física pronta havia dois anos, foi finalmente criada e transformada em Autarquia Federal, com a mesma denominação de Escola. Entrou em funcionamento em 28 de março de 1994, trabalhando no sentido de cumprir os seus objetivos e finalidades regimentais junto à comunidade de abrangência.

Em termos de gestão, de 1993 a 2008, houve quatro diferentes Diretores-Gerais na Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, e todos trabalharam no sentido de que sempre houvesse uma gestão democrática e participativa, até mesmo pela cobrança de toda a comunidade escolar. Além disso, a instituição gozava de autonomia como autarquia para sua tomada de decisão quanto às suas estratégias para a administração, ensino, pesquisa e extensão.

Novas perspectivas para a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio ao virar *campus* de um instituto federal

A partir de 2003, o Ministério da Educação colocou em prática o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional. Em 2007, iniciaram-se, na prática, as discussões, em âmbito nacional, sobre uma possível mudança na política de composição e expansão das instituições que ofertam a educação profissional técnica de nível médio e tecnológica. Houve diversas reuniões em Brasília dos Diretores-Gerais dos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas e Escolas Agrotécnicas Federais com representantes do Ministério da Educação, visando definir a configuração da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil.

No ano de 2008, consolidou-se a nova política federal para a educação profissional e foi publicada a Lei n. 11.892 (2008), que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do País e criou 38 Institutos Federais. Os institutos surgiram a partir da rede federal de educação profissional e tecnológica, que reunia 215 instituições. Entre os estados beneficiados com mais de um instituto pela nova lei, estavam Minas Gerais (cinco), Rio Grande do Sul (três), Rio de Janeiro, Goiás, Bahia, Pernambuco e Santa Catarina (dois cada um).

Segundo a nova lei, os Centros Federais de Educação Tecnológica, as Escolas Agrotécnicas e as Escolas Técnicas passaram a formar os Institutos Federais, instituições de educação especializadas em oferecer educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Os Institutos Federais têm por finalidades e características: I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação

profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; II – desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; III – promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão; IV – orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; V – constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica; VI – qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino; VII – desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica; VIII – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; IX – promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Os Institutos Federais estão presentes em todos os Estados da Federação e todos têm o objetivo de: I – ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; II – ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica; III – realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; IV – desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; V – estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e VI – ministrar em nível de educação superior: a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica.

A institucionalização do Campus Sombrio do Instituto Federal Catarinense

A sede do Campus Sombrio do Instituto Federal Catarinense está localizada no município de Santa Rosa do Sul, no bairro Vila Nova, no Extremo Litoral Sul de Santa Catarina, a 250 km da capital, Florianópolis, e a 220 km de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. O *campus* absorve alunos de municípios dos três Estados do Sul do Brasil, essencialmente de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, já tendo recebido alunos de outros Estados das regiões da Federação.

A missão do Instituto Federal Catarinense Campus Sombrio é contribuir para o desenvolvimento socioambiental, econômico e cultural, ofertando uma educação de excelência,

CORTARAM O ORÇAMENTO! IMPLEMENTANDO NOVAS ESTRATÉGIAS NA VISÃO
DE DIRIGENTES DO CAMPUS DE UM INSTITUTO FEDERAL

Cláudio Luiz Melo da Luz

pública e gratuita, com ações de ensino, pesquisa e extensão na sua região de abrangência, extremo sul de Santa Catarina, Litoral Norte do Rio Grande do Sul e campos de cima da serra.

Sua visão institucional é ser referência em educação, ciência e tecnologia na formação de profissionais-cidadãos comprometidos com o desenvolvimento da sociedade, em especial na sua região de abrangência.

Cabe aqui uma informação crucial: o Diretor-Geral do Campus Sombrio do Instituto Federal Catarinense não é mais o dirigente máximo de uma autarquia e agora responde hierarquicamente ao Conselho Superior, a um Reitor, a cinco Pró-Reitores (de Administração, de Ensino, de Pesquisa/Pós-Graduação/Inovação, de Relações Interinstitucionais e de Relações Empresariais e Comunitárias) e ao Colégio de Dirigentes, do qual faz parte, sendo essa a estrutura hierárquica superior aos cargos de direção do *campus*.

A sede do Campus Sombrio do Instituto Federal Catarinense funciona no sistema escola-fazenda. Possui uma área de 204 hectares, dos quais aproximadamente 130 são destinados à área de preservação (mata nativa) e o restante, destinado às culturas de arroz, milho, feijão, frutas e hortaliças, aos açudes (piscicultura), bem como para a criação de animais de pequeno e grande portes, servindo, assim, como laboratórios e para as atividades práticas realizadas no Curso Técnico em Agropecuária – Modalidade Integrada ao Ensino Médio, Curso Técnico em Agropecuária – Modalidade Subsequente ao Ensino Médio e Curso Superior de Engenharia Agrônômica.

Além da sede, em Santa Rosa do Sul, o *campus* possui uma unidade urbana no município de Sombrio, distante 23 quilômetros da sede do *Campus*. Na unidade urbana, são realizados os Cursos Técnico em Informática – Modalidade Integrada ao Ensino Médio e os Superiores de Tecnologia em Redes de Computadores, Licenciatura em Matemática e Tecnologia em Gestão de Turismo.

O Campus Sombrio, quando Escola Agrotécnica Federal, realizava somente cursos técnicos de nível médio.

A Lei n. 11.892 (2008), em seu artigo 8º, estabeleceu:

No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea *b* do inciso VI do caput do citado art. 7º.

O inciso I refere-se a “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos”, e a alínea *b* do inciso VI refere-se a “VI – ministrar em nível de educação superior: b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional”.

Esta situação prevista em lei poderia ser uma limitação. Entretanto, o parágrafo segundo do mesmo artigo estabelece:

Nas regiões em que as demandas sociais pela formação em nível superior justificarem, o Conselho Superior do Instituto Federal poderá, com anuência do Ministério da Educação, autorizar o ajuste da oferta desse nível de ensino, sem prejuízo do índice definido no caput deste artigo, para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei.

Um outro fator importante a ser relatado refere-se à autonomia dos Institutos Federais, prevista no parágrafo único do artigo 1º da Lei n. 11.892 (2008):

Art. 1º – Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições: I – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais [...] parágrafo único – As instituições mencionadas nos incisos I, II e III

CORTARAM O ORÇAMENTO! IMPLEMENTANDO NOVAS ESTRATÉGIAS NA VISÃO DE DIRIGENTES DO CAMPUS DE UM INSTITUTO FEDERAL

Cláudio Luiz Melo da Luz

do caput deste artigo possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O parágrafo 3º do artigo 2º da Lei n. 11.892 (2008) também faz referência à autonomia dos Institutos Federais:

Art. 2º – Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei [...] Parágrafo 3º – Os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica.

Essa questão da autonomia, inserida na realidade interna do Instituto Federal Catarinense, ficou deliberada em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, em seus objetivos gerais da gestão: “B) DESENVOLVER GESTÃO MULTICAMPI: 1) Preservar a autonomia pedagógica e administrativa em cada *campus*, respeitando as especificidades e permitir a elaboração de regulamentos internos para a normatização da atividade pedagógica e administrativa local”.

O caso e perspectivas estratégicas

No ano de 2008, quando era Escola Agrotécnica Federal de Sombrio e transformou-se em unidade do Instituto Federal Catarinense, o Campus Sombrio realizou uma ampla pesquisa de demanda e uma audiência pública para planejar quais cursos implantaria para a comunidade regional. Esses cursos foram estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal Catarinense em 2009, com a seguinte previsão:

- Técnico em Informática – Modalidade Integrada ao Ensino Médio – implementação em 2010 e aumento de turmas em 2011 e 2012;
- Técnico em Informática – vinculado ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – aumento de turmas de 2010 a 2012;
- Técnico em Agropecuária – Modalidade Integrada ao Ensino Médio – implementação em 2010 e aumento de turmas em 2011 e 2012;
- Técnico em Agropecuária – Modalidade Subsequente ao Ensino Médio – aumento de turmas de 2010 a 2012;
- Técnico em Turismo e Hospitalidade – Modalidade Subsequente ao Ensino Médio – aumento de turmas de 2010 a 2012;
- Curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores – implementação em 2010 e aumento de turmas em 2011 e 2012;
- Curso Superior de Engenharia Agrônômica – implementação em 2010 e aumento de turmas em 2011 e 2012;
- Curso Superior de Licenciatura em Matemática – implementação em 2010 e aumento de turmas em 2011 e 2012;
- Curso Superior em Ciências Biológicas – implementação em 2010 e aumento de turmas em 2011 e 2012;
- Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* (área a definir) – implementação em 2012.

O *campus*, que contava com 44 professores, passou a contar com 66, das mais diversas áreas, a partir de 2010, além de receber recursos extraorçamentários específicos que possibilitaram a melhoria dos laboratórios existentes e a construção de outros, além de mais ambientes, o que fez com que, a partir de 2010, iniciasse a execução dos cursos superiores de Tecnologia em Redes de

CORTARAM O ORÇAMENTO! IMPLEMENTANDO NOVAS ESTRATÉGIAS NA VISÃO
DE DIRIGENTES DO CAMPUS DE UM INSTITUTO FEDERAL

Cláudio Luiz Melo da Luz

Computadores, Engenharia Agrônômica e Licenciatura em Matemática, não conseguindo executar no período previsto, 2010, o curso superior em Ciências Biológicas, em razão das limitações orçamentárias para construção de salas de aula, de laboratórios e materiais para o curso.

Novas demandas, entretanto, surgiram em 2010, como a oportunidade de criação de uma unidade do *campus* no município de Turvo, em Santa Catarina, para a implantação de mais turmas de cursos na área de informática, atendendo-se a uma demanda regional. Verificou-se a escassa demanda pelo Curso Técnico em Turismo e Hospitalidade, mas a grande procura de um curso superior na área, optando-se pelo Curso de Tecnologia em Gestão do Turismo. Ocorreu procura por mais vagas para os cursos oferecidos na unidade urbana de Sombrio, cujo prédio atual tem uma limitação de espaço, dificultando a ampliação, além da procura pelo Curso de Engenharia Ambiental. O Governo Federal acenou por autorizar o provimento de mais vagas de professores e técnico-administrativos para o ano de 2011, além de garantir recursos financeiros para os institutos que apresentassem projetos consistentes para execução de ações que atendessem às necessidades de ensino das comunidades de abrangência.

Nos anos de 2009 e 2010, o Instituto Federal Catarinense passou pelo processo de readequação de gestão, visando à inserção nesse novo contexto, e recebeu recursos orçamentários e financeiros do Ministério da Educação, autorizados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, além das devidas autorizações para composição dos quadros de pessoal docente e técnico-administrativo.

Construíram-se o Estatuto e o Plano Político-Pedagógico Institucional, documentos norteadores das ações estratégicas do Instituto Federal Catarinense, implementando-se diversas estratégias.

O ano de 2011 iniciou com a perspectiva de implementação das mais diversas ações, entre elas oito que seriam afetadas diretamente por uma decisão do Governo Federal:

- utilizar 130 mil reais em diárias com servidores (professores e técnico-administrativos) para participarem de reuniões na Reitoria, em Blumenau, e de treinamentos e de outros eventos externos (congressos, seminários, reuniões etc.) pelo Brasil ou exterior;
- gastar 22. mil reais com passagens aéreas para os servidores (professores e técnico-administrativos) se deslocarem para participação dos mais diversos eventos externos;
- realizar reformas em ambientes pedagógicos do *campus* (salas de aula, laboratórios, unidades de produção);
- comprar pelo menos mais dois veículos, sendo um para transporte de até cinco passageiros e um coletivo, ônibus, para transporte de alunos e professores para os mais diversos eventos de ensino, pesquisa e extensão;
- receber recursos extraorçamentários do Ministério da Educação, por meio de planos de trabalho, visando à compra de materiais permanentes ou realização de obras ou reformas em ambientes do *campus*;
- realizar concurso para provimento de vagas de professores e técnico-administrativos de nível médio e superior, visando à readequação dos cursos existentes e dos futuros a serem implantados e realizar atividades de pesquisa, extensão e assistência aos alunos;
- implantar o Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Turismo no segundo semestre de 2011;
- contratar professores substitutos aos ocupantes de funções específicas.

Uma notícia do Governo Federal causou surpresa às comunidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: o corte de 50 bilhões de reais no orçamento federal para 2011. O tema tomou conta da pauta da reunião da Direção-Geral do Campus Sombrio do Instituto Federal Catarinense no mês de janeiro de 2011: notícias da imprensa mostravam o indicativo de corte no orçamento da União. Naquele momento, não havia definições, ou seja, na verdade havia uma grande dúvida: o que seria cortado do orçamento previsto para 2011?

CORTARAM O ORÇAMENTO! IMPLEMENTANDO NOVAS ESTRATÉGIAS NA VISÃO
DE DIRIGENTES DO CAMPUS DE UM INSTITUTO FEDERAL

Cláudio Luiz Melo da Luz

Fevereiro chegou, e a notícia se confirmou: em entrevistas à imprensa, o Ministro da Fazenda e a Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão confirmaram os cortes no orçamento da União de 2011 no valor de cerca de 50 bilhões de reais, sendo reduzidos cerca de 18 bilhões de reais em investimentos e 32 bilhões de reais em custeio. Em nova reunião, a Direção-Geral do Campus Sombrio do Instituto Federal Catarinense, agora no mês de fevereiro de 2011, mostrou-se apreensiva, afinal haveria recursos orçamentários e financeiros garantidos para a continuidade de estratégias programadas?

Em março de 2011, o Governo Federal publicou o Decreto n. 7.445 (2011), que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2011 e dá outras providências. Ainda, publicou o Decreto n. 7.446 (2011), que estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011, suspendendo, inclusive, a realização de novas contratações relacionadas à locação e aquisição de imóveis, reforma de bens imóveis, aquisição e locação de veículos e locação de máquinas e equipamentos.

Novas orientações do Ministério da Educação e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão foram encaminhadas ao *campus* do Instituto Federal para revisão de estratégias programadas, entre elas a Portaria n. 39/MPOG (2011), que suspendeu, por tempo indeterminado, os efeitos das portarias de autorização para realização de concursos públicos e de autorização para provimentos de cargos públicos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

A Medida Provisória n. 525 (2011) alterou a Lei n. 8.745 (1993), no tocante à contratação de professores para suprir a falta de professor efetivo em razão de nomeação para ocupar cargo de direção de Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitor e Diretor de *campus*; porém o Sistema de Administração de Pessoal (Siape) não estava com o módulo de lançamento de inserção de professores substitutos para atender a essa demanda.

Nesse contexto turbulento, restou necessário e urgente que o Diretor-Geral do Campus do Instituto Federal Catarinense Campus Sombrio, com o apoio da sua equipe de gestão, revisse suas estratégias deliberadas e implementasse novas estratégias para atendimento às orientações dos órgãos superiores.

Conclusão

Com essa perspectiva advinda do contexto existente em 2011, decisões estratégicas precisavam ser tomadas, pois importantes estratégias para o Instituto Federal Catarinense Campus Sombrio estavam comprometidas. Com isso, o Diretor-Geral do Campus Sombrio do Instituto Federal Catarinense, em conjunto com sua equipe gerencial, exercitando o controle do planejamento previsto e voltando-se para a gestão estratégica, decidiu que deveriam repensar novas estratégias e adotar outras emergentes para o *campus*, em decorrência das medidas tomadas pelo Governo Federal.